

# KI VĒNHKANHRĀN JA FĀ<sup>1</sup>: A Educação do Campo, das Águas e das Florestas e as vivências com estudantes indígenas no Instituto Federal Catarinense Campus Abelardo Luz

*KI VĒNHKANHRĀN JĀ: Education in the Countryside, Waters and Forests and experiences with indigenous students at the Instituto Federal Catarinense, Abelardo Luz Campus*

*KI VĒNHKANHRĀN JĀ: Educación en el Campo, Aguas y Bosques y experiencias con estudiantes indígenas en el Instituto Federal Catarinense, Campus Abelardo Luz*

Camila Munarini<sup>2</sup>  
Elodir Lourenço de Souza<sup>3</sup>  
Luciana Carlos Geroleti<sup>4</sup>

Recebido em 30/09/2025. Aprovado em 27/10/2025. Publicado em 18/12/2025.

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo discutir as vivências na Educação do Campo, das Águas e das Florestas no processo de construção de um campus de Instituto Federal em área de assentamento da reforma agrária, localizado em Abelardo Luz, na região de maior concentração de assentamentos do sul do Brasil, bem como num território de conflitos e originariamente indígena. Para isso, discorremos sobre o processo histórico de luta pela implantação da instituição, sobre as experiências vivenciadas no processo de constituição do Curso de Pedagogia com Ênfase em Educação do Campo, bem como o processo de mobilização iniciado pelo Curso de Pedagogia para que os estudantes indígenas se aproximassem desta Instituição. Por fim, destacamos os desafios da educação intercultural e as possibilidades para o Campus Abelardo Luz e para o próprio IFC na constituição de uma Instituição que atenda as demandas do público-alvo da Educação do Campo, das Águas e das Florestas.

**Palavras-Chave:** Educação do Campo, das Águas e da Florestas. Estudantes Indígenas. Instituto Federal Catarinense Campus Abelardo Luz.

**Abstract:** This paper aims to discuss the experiences of Rural, Water, and Forest Education during the construction of a Federal Institute campus in an agrarian reform settlement area, located in Abelardo Luz, the region with the highest concentration of settlements in southern Brazil, as well as in a conflict-ridden and originally Indigenous territory. To this end, we discuss the historical process of the institution's establishment, the experiences of establishing the Pedagogy Program with an Emphasis on Rural Education, as well as the mobilization process initiated by the Pedagogy Program to bring Indigenous students closer to this institution. Finally, we highlight the challenges of intercultural education and the possibilities for the Abelardo Luz Campus and the IFC itself in establishing an institution that meets the demands of the target audience of Rural, Water, and Forest Education.

**Keywords:** Education of the Countryside, Waters, and Forests. Indigenous Students. Instituto Federal Catarinense, Abelardo Luz Campus.

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo discutir las experiencias de Educación Rural, Hídrica y Forestal durante la construcción de un campus del Instituto Federal en una zona de asentamiento de reforma agraria,

<sup>1</sup> Na língua Kaingang o termo significa “espaço de aprendizagem e socialização de conhecimentos”, espaço que representaria o campus segundo o professor indígena e estudante de Pedagogia do campus, Claudécir Viri.

<sup>2</sup> Mestre em Educação Científica e Tecnológica (UFSC, 2019). Professora de Educação de Campo do Instituto Federal Catarinense Campus Abelardo Luz, Santa Catarina, Brasil. ORCID: 0000-0002-1513-6694. Email: camila.munarini@ifc.edu.br.

<sup>3</sup> Mestre em Educação (UFSC, 2017). Professor de Pedagogia do Instituto Federal Catarinense Campus Abelardo Luz, Santa Catarina, Brasil. ORCID: 0000-0002-1252-0439 Email: elodir.souza@ifc.edu.br.

<sup>4</sup> Doutora em História (UFSC, 2019). Professora de História do Instituto Federal Catarinense Campus Abelardo Luz, Santa Catarina, Brasil. ORCID: 0000-0001-7647-0074 Email: luciana.geroleti@ifc.edu.br.

ubicada en Abelardo Luz, la región con mayor concentración de asentamientos en el sur de Brasil, así como en un territorio conflictivo y de origen indígena. Para ello, analizamos el proceso histórico de lucha por la creación de la institución, las experiencias de establecimiento del Programa de Pedagogía con Énfasis en Educación Rural, así como el proceso de movilización iniciado por el Programa de Pedagogía para acercar a los estudiantes indígenas a esta institución. Finalmente, destacamos los desafíos de la educación intercultural y las posibilidades del Campus Abelardo Luz y del propio IFC para establecer una institución que satisfaga las demandas del público objetivo de la Educación Rural, Hídrica y Forestal.

**Palabras clave:** Educación del Campo, las Aguas y los Bosques. Estudiantes Indígenas. Instituto Federal Catarinense, Campus Abelardo Luz.

## 1 Introdução

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a experiência de um campus da Rede Federal dentro de território da reforma agrária, território este que é originariamente indígena.

Para elaboração deste trabalho foi utilizado o tipo de pesquisa relato de experiência através de pesquisas históricas, documentos do Instituto Federal Catarinense Campus Abelardo Luz, observações e experiências vivenciadas no processo de constituição do Curso de Pedagogia com Ênfase em Educação do Campo. Os critérios de análise, para além da descrição, explicação e interpretação foram discutidos com base em elementos teóricos acerca da Educação do Campo, das Águas e Florestas e da Educação Intercultural, análises que evidenciam a necessidade da existência de um Campus de Instituto Federal em território da reforma agrária.

Inicialmente será tratado sobre o território em que está localizado o campus Abelardo Luz; na sequência, sobre as mobilizações com as Terras Indígenas e estudantes da região desde a criação do campus, especialmente dos estudantes do Curso de Pedagogia com Ênfase em Educação do Campo e, por fim, sobre os desafios e as potencialidades que a Educação do Campo e a Educação Intercultural trazem para o Instituto Federal Catarinense.

### 1.1 O território do IFC Campus Abelardo Luz

Para compreender o contexto do IFC Campus Abelardo Luz é preciso remontar a algumas questões históricas. O campus localiza-se em área de assentamento da reforma agrária, mas também em área tradicionalmente indígena, e constituiu-se numa região palco de conflitos desde a chegada dos colonizadores à região, embora os indígenas Kaingang<sup>5</sup> que ali viviam

<sup>5</sup> Atualmente o segundo maior povo indígena do Brasil que habita a região Sul do Brasil e São Paulo, a denominação Kaingang foi dada em 1882 por Telêmaco Borba aos indígenas que habitavam entre os rios Iguaçu e Uruguai, antes chamados de “coroados”, “guayanás”, entre outros nomes. Sobre os Kaingang ver: Mota (1998), Wiesemann (2002) e Nazaro (2011).



tenham resistido fortemente à invasão de seus territórios (Mota, 1994). No século XIX vários conflitos entre fazendeiros e indígenas aconteceram até que no início do século XX a Lei 853 de 23.03.1909, do Estado do Paraná, delimitou o território para os indígenas da atual Terra Indígena Toldo dos Lontras de Palmas. Se a região já era tomada de conflitos, estes foram agravados pelo contexto da Guerra do Contestado – disputa de terras entre Paraná e Santa Catarina no início do século XX – e após a assinatura do acordo dos novos limites territoriais entre os Estados os indígenas foram retirados de parte deste território passando-o para a propriedade de fazendeiros (Rodrigues *et al*, 2023).

Já na década de 1980 quando o movimento camponês e especialmente o recém-criado Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST retomou as lutas pela reforma agrária no Brasil é nessa região que acontece a primeira ocupação de terras, precisamente em 25 de maio de 1985, dando origem ao atual assentamento 25 de maio, localizado no entorno do campus. No decorrer da década de 1990 várias outras ocupações foram sendo feitas pelo MST e novos assentamentos foram criados, como o Assentamento José Maria, onde atualmente está localizado o campus.

Desde a formação dos novos assentamentos, uma das demandas passou a ser a educação e a criação de escolas, bem como havia falta de professores formados que pudessem atuar. No início dos anos 2000, quando o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA teve seus primeiros cursos de alfabetização para os assentamentos, lideranças da Terra Indígena Toldo dos Lontras de Palmas atuaram então como monitores dessas turmas nos assentamentos, pois já eram professores das escolas indígenas da região.

A criação do campus Abelardo Luz veio na sequência, no ano de 2011, por uma reivindicação dos Movimentos Sociais, em especial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em audiência com o Ministério da Educação - MEC e Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, quando esses movimentos solicitaram a implantação de Institutos Federais no campo, sendo ao menos vinte destes em área de reforma agrária e ao menos um por Estado. Naquele momento houve um comprometimento do então governo Dilma Rousseff em realizar a abertura dessas instituições. Em Santa Catarina foi indicado o município de Abelardo Luz para a implantação de um Campus do Instituto Federal Catarinense por considerar que estava localizado no centro da maior área de assentamentos da reforma agrária do Sul do Brasil, em uma área que contempla mais de 20.000 hectares de assentamentos, considerando aqueles localizados em municípios próximos a Abelardo Luz, como Passos Maia, Ponte Serrada, Água Doce, Palmas (PR), entre outros do

extremo oeste catarinense, como Dionísio Cerqueira e São Miguel do Oeste. Assim, o assentamento que hoje sedia o campus, Assentamento José Maria, é um dos 22 assentamentos existentes no município de Abelardo Luz, abrigando aproximadamente 1.500 famílias assentadas.

Além de tratar-se da maior área de assentamentos da região sul, o entorno do campus conta com mais de quinze mil indígenas da etnia Kaingang divididos em quatro Terras Indígenas (TI). Além da citada TI Toldo dos Lontras do município de Palmas, há no entorno do campus a TI Toldo Imbu (município de Abelardo Luz), TI Xaçepó (municípios de Ipuçu e Entre Rios), TI Mangueirinha (municípios de Mangueirinha, Chopinzinho e Coronel Vivida).

Diante das afirmações acima, observa-se que o território do campus é composto de indígenas e assentados da reforma agrária, os quais estiveram juntos desde as primeiras audiências públicas e assembleias realizadas referente à criação do campus e essa atuação conjunta foi decisiva para a definição do território em que atualmente está sediado o campus Abelardo Luz.

Assim, em 2015 foi oficialmente criado o Campus Abelardo Luz pela portaria MEC número 27 de 21 de janeiro de 2015 com a tipologia de “Campus Avançado” vinculado ao Campus Concórdia (BRASIL, 2015). E ao completar dez anos de existência, neste ano de 2025, foi conquistada a mudança de tipologia para campus autônomo com a portaria MEC número 34 de 17 de janeiro de 2025 (Brasil, 2025).

Desde sua criação, é nesse local que, considerando a sua missão e dentro das normativas legais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2008) o IFC Campus Abelardo Luz vem buscando desenvolver, de forma articulada com a comunidade, uma proposta de formação humana vinculada também com esse território. O viés educacional que o Campus Abelardo Luz percorreu já nasceu desde sua reivindicação teve como proposta e metodologia de trabalho a Educação do Campo, uma política pública reivindicada e elaborada a partir das práticas vivenciadas no interior dos Movimentos Sociais, nascendo da crítica social e transformadora da realidade para e entre os povos do campo (Caldart, 2009).

A Educação do Campo tem como seus princípios o desenvolvimento do conhecimento científico em articulação com o conhecimento popular das comunidades, respeitando a diversidade e a realidade da população do campo, indígenas, quilombolas, entre outros, promovendo uma educação contextualizada, valorizando os saberes e as relações das comunidades com seu território.



## **2 O Campus Abelardo Luz e a comunidade: mobilização e vivências com estudantes indígenas**

O caminho percorrido para a efetivação da Educação do Campo enquanto política foi longo e segue sendo um desafio. No IFC Campus Abelardo Luz não foi diferente pois, se foi constituído por portaria em 2015, isso não significou, de imediato, que as populações que lutaram por essa educação tiveram acesso à ela. A partir dos princípios da Gestão Democrática o campus se propôs a aproximar o diálogo como a realidade local e regional em busca de promover uma educação humana e profissional, reafirmando o compromisso com a oferta de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Aos poucos foi sendo compreendido que, quando esta educação é historicamente negada, as pessoas não sentem que ela é possível, mesmo sendo instituída. Foi neste processo que se buscou mobilizar, dialogar e convencer de que o Instituto Federal estava ali presente, no campo, para ofertar ensino público, gratuito e de qualidade. No entanto, no início da implantação do campus a indagação mais comum era “quanto precisa pagar de mensalidade”, o que traz à tona o entendimento do povo do campo de que ter acesso a uma faculdade ou ao ensino técnico de qualidade só era possível e acessível mediante pagamento.

O campus Abelardo Luz teve os primeiros estudantes indígenas a partir de 2018 e 2019, quando da criação do Curso de Pedagogia com Ênfase em Educação do Campo. Naquele momento, os professores do referido curso, que mantinham contato com as lideranças locais indígenas desde a criação do Campus, especialmente daquela mais próxima, a Terra Indígena Toldo dos Lontras, dialogaram sobre a importância destes fazerem parte do IFC, enquanto estudantes, e cerca de onze estudantes ingressaram no curso. No entanto, com a chegada da pandemia de Covid -19, muitos estudantes tiveram dificuldades de manter-se no curso, especialmente pelas dificuldades de acesso à internet, mas também pela ausência de equipamentos básicos, como computadores e notebook, e acabaram abandonando o curso.

No final do ano de 2021, quando a pandemia começava a ser controlada pela vacinação da população, os campi do IFC retomaram as aulas presenciais. No ano de 2022, com as aulas presenciais praticamente normalizadas, alguns servidores, especialmente a coordenação e docentes do Curso de Pedagogia, reiniciaram a aproximação com as comunidades indígenas do entorno do campus.

**Figura 1** – Visita à escola indígena Cacique Karenh, Terra Indígena Toldo Imbu, Abelardo Luz SC – maio de 2022



**Fonte:** acervo pessoal dos autores (2022)

Nesta primeira reunião, em que estiveram presentes professores e alunas do Curso de Pedagogia, uma das demandas trazidas pelos professores indígenas foi a necessidade de discussão e formação sobre a escola indígena. Diante disso, foi elaborado o Curso de Qualificação Profissional “Práticas Pedagógicas na Educação Indígena” e desenvolvido durante o ano de 2022 e 2023 na própria escola. Assim, em setembro de 2022 teve início o primeiro curso do campus em parceria com a comunidade indígena.

Durante o curso, foram realizadas importantes discussões, trazidas pela comunidade indígena, sobre os desafios da escola indígena nos tempos atuais, tais como ensino da língua materna, participação ativa dos membros da comunidade, material didático, currículo diferenciado, entre outros.

Neste mesmo período, também foram novamente visitadas pelos servidores do campus a Terras Indígenas Toldo dos Lontras, a mais próxima, na qual vivem cerca de 300 famílias indígenas e uma população de aproximadamente 1000 pessoas (IFC, 2024). Naquela primeira reunião, as principais demandas apresentadas por algumas lideranças dessa TI foi à falta de acesso da população aos cursos superiores, incluindo cursos de formação de professores.

**Figura 2** – Aulas do Curso de Qualificação Profissional Práticas Pedagógicas na Educação Indígena – 2022



**Fonte:** acervo pessoal dos autores (2022)

Diante disso, o Curso de Pedagogia com Ênfase em Educação do Campo se apresentava como uma opção importante de estudos que poderia atender a população indígena. Por isso, neste mesmo período em que o PPC do referido Curso passava por alterações, uma das discussões que adentrou o Núcleo Docente Estruturante – NDE do referido curso, foi a possibilidade de criação de uma disciplina optativa que pudesse dar conta de algumas discussões sobre a escola indígena, e assim foi criada a disciplina “Educação Escolar Indígena”, oferecida no primeiro semestre do Curso de Pedagogia desde 2023.

Também neste mesmo período foi visitada pelos servidores do campus a Terra Indígena Xapecó que abrange os municípios de Ipuacu e Entre Rios, a maior Terra Indígena de Santa Catarina, com uma população de mais de seis mil indígenas do povo Kaingang e distante há apenas cerca de 60 km do campus.

Na terra Indígena Xapecó, desde o primeiro contato com as lideranças, especialmente na escola da Aldeia Pinhalzinho, os cursos do campus, Técnico Integrado em Agropecuária e Pedagogia, foram percebidos como importantes para a formação daquela comunidade. Logo neste período, vários estudantes se inscreveram no Curso Técnico Integrado em Agropecuária (que atualmente estão concluindo o 3º ano) e no Curso de Pedagogia (atualmente no 6º semestre). Na semana seguinte, a escola Pinhalzinho trouxe os estudantes do nono ano do ensino fundamental para uma visita no campus conforme registro abaixo:

**Figura 3** – Visita de professores e estudantes indígenas da escola Pinhalzinho (TI Xapecó) ao Campus Abelardo Luz – setembro de 2022



Fonte: acervo pessoal dos autores (2022).

Como se pode observar, a aproximação do campus com as comunidades indígenas foi ocorrendo durante todo o ano de 2022, o que gerou inscrições nos processos seletivos dos cursos Técnico Integrado em Agropecuária e Pedagogia. No ano seguinte, 2023, ocorreu o ingresso de nove alunos indígenas no Curso Técnico Integrado e trinta e quarenta alunos no Curso de Pedagogia com Ênfase em Educação do campo.<sup>6</sup> Naquele momento, os desafios e as potencialidades foram se mostrando.

No Curso de Pedagogia para esta turma composta em sua maioria por estudantes indígenas foi oferecida a disciplina optativa “Educação Escolar Indígena”. Abaixo, uma das fotos de atividades realizadas em maio de 2023, dentro da referida disciplina, sobre alimentação indígena e preservação da língua Kaingang:

**Figura 4** – Atividade no campus sobre alimentação indígena e língua kaingang - maio de 2023



Fonte: acervo pessoal dos autores (2023).

O evento realizado em maio mostrou a importância de discutir sobre a cultura indígena, discussão puxado pela alimentação e a língua kaingang. Na foto da direita, uma estudante do curso amassa o conhecido bolo na cinza feito pelos kaingang, cujos ingredientes são água, farinha de trigo e sal, que que é enrolado na folha de bananeira e depois colocado para assar diretamente no fogo. Na foto à esquerda, sentados, estão uma indígena anciã da TI Xapecó, uma das primeiras professoras da escola indígena naquela TI, em conversa em língua kaingang com um estudante indígena da TI Toldo dos Lontras. Ao redor deles, estão alunos, professores e servidores do campus.

Diante do entusiasmo coletivo dessa primeira atividade, em agosto do mesmo ano, os estudantes do Curso de Pedagogia novamente se organizaram e juntamente com a coordenação do Curso realizaram o evento “Roda de Conversa sobre o Dia Internacional dos Povos Indígenas”, data celebrada e instituída pela Organização das Nações Unidas - ONU no dia 09 de agosto. A programação incluiu vários convidados oriundos das três comunidades indígenas, Toldo Imbu, Toldo das Lontras e Xapecó, desde grupos de dança até professores e lideranças das três Terras Indígenas conforme as duas imagens abaixo.

**Figura 5** – Abertura da atividade no campus sobre o Dia Internacional dos Povos Indígenas - agosto de 2023



Fonte: acervo pessoal dos autores (2023).

O momento da dança foi emocionante pois ao seu final juntou os dois grupos das TI Xapecó e Toldo Imbu, os quais entoaram ao final gritos de “Demarcação já” e “Contra o Marco Temporal”, duas questões importantes para as comunidades ali presentes. A comunidade indígena da Toldo Imbu está em luta pela demarcação e homologação de sua terra desde a década de 1980, cuja homologação aconteceu em dezembro de 2024, no entanto, foi revogada pela justiça em janeiro de 2025.<sup>7</sup> Já para ambas as TI, a tese jurídica do “marco temporal” estava em pleno debate naquele momento, sendo derrubada em decisão do pleno do Supremo Tribunal Federal – STF no mês seguinte. Por isso, o evento marcou um importante momento de interação e compreensão entre alunos e comunidades indígenas.

**Figura 6** – Grupos de dança da Terra Indígena Toldo Imbu e Terra Indígena Xapecó se apresentam no Dia Internacional dos Povos Indígenas - agosto de 2023



Fonte: acervo pessoal dos autores (2023).

Apesar dos eventos e atividades realizadas indicarem que se estava no caminho certo, uma das preocupações do campus era como, de fato, promover a Educação Intercultural, bem como estudar e preservar a língua kaingang.

Termo relativamente novo e criado pelo colonizador, explica Gersem Luciano que a chamada “Educação Intercultural” tem sua importância no reconhecimento, diálogo e interação de aprendizagens e saberes que promove entre quem ensina e quem aprende, numa convivência dialética (Luciano, 2017). Promover um ambiente de escuta e reciprocidade entre indígenas e universidade, respeitando as diferenças e os diferentes modos de vida de existir de cada um é uma das possibilidades da Educação Intercultural. Para além da mera inclusão, a interculturalidade tem o potencial de fazer com que a Universidade se transforme a partir da inclusão indígena.

A perspectiva da interculturalidade poderia responder aos anseios do campus. Neste mesmo período entrou em cena a possibilidade de criar uma Licenciatura Intercultural. Assim, quando do lançamento do programa Parfor Equidade, uma ação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, idealizada junto à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão – SECADI do Ministério da Educação. A partir do que previa o Edital, criou-se então uma comissão que

elaboraria a construção da proposta do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena com Ênfase em Linguagens. A proposta obteve êxito e em agosto de 2024 iniciava a primeira turma do Curso com alunos de cinco terras indígenas. Além da Terra Indígena Toldo Imbu, Xaçecó e Toldo dos Lontras de Palmas, também vieram alunos da Terra Indígena Mangueirinha e Terra Indígena Rio das Cobras, ambas localizadas no Estado do Paraná. E desde então o curso, hoje no terceiro semestre, tem demonstrado seu potencial e desafios na formação de professores indígenas.<sup>6</sup>

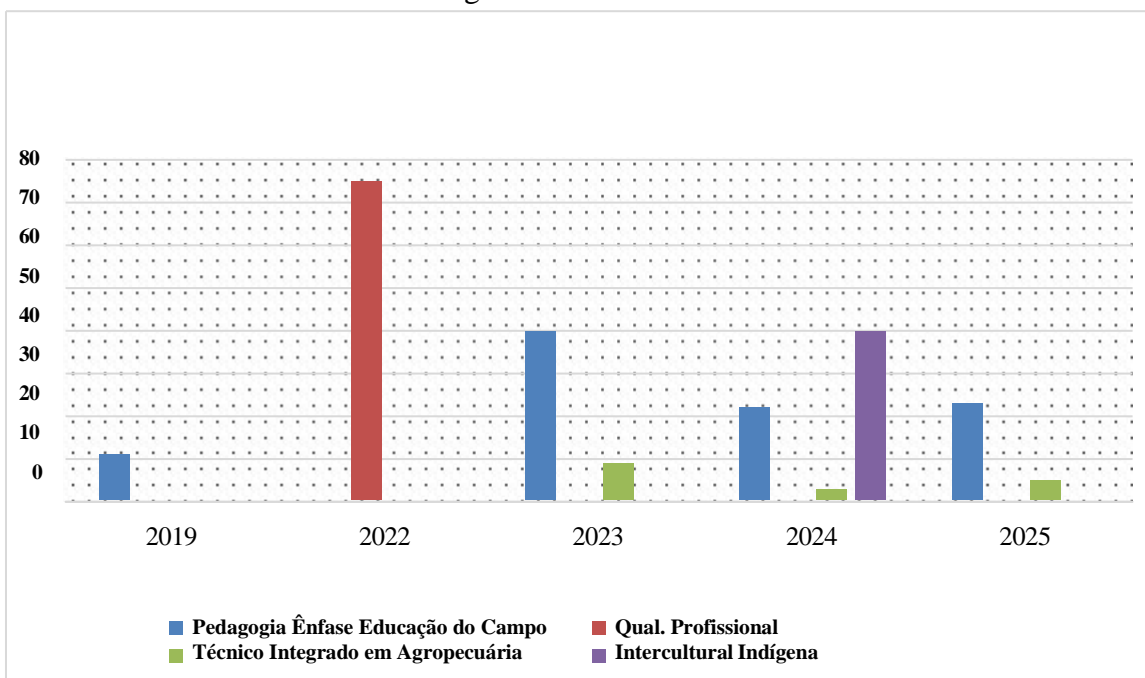
### 3 Desafios e potencialidades

Conforme lembra Boaventura de Sousa Santos, a América Latina precisa desenvolver uma epistemologia própria do Sul para explicar a realidade dos problemas latino-americanos sem recorrer unicamente às teorias eurocêntricas (Santos, 2010). Para ele é preciso que os povos indígenas não sejam considerados apenas objetos de estudo, mas também sujeitos que produzem saberes. Neste sentido, se o que temos na América Latina são Estados considerados “plurinacionais”, constituídos por indígenas, camponeses e afro descendentes, só se compreende este Estado quando forem formuladas explicações a partir de si próprios (Santos, 2010).

Diante das questões teóricas e desafios colocados ao campus, observa-se como o campus Abelardo Luz tem enfrentado desafios no desenvolvimento de uma educação que não apenas inclui, mas precisa escutar, aprender e transformar-se a partir dos povos indígenas e povos do campo. O Gráfico 01 abaixo mostra o ingresso de estudantes indígenas no Campus Abelardo Luz desde 2022.

---

<sup>6</sup> Entre os primeiros materiais produzidos pela Licenciatura está o livro “Coabitar Saberes”, composto de artigos de professores do curso, que discutem os desafios na formação de professores indígenas. Ver Zani (2025).

**Gráfico 01** – Estudantes Indígenas no IFC Abelardo Luz entre 2019 - 2025

Fonte: elaboração própria a partir de registros IFC (2025).

Como se observa no gráfico acima, a partir de 2019 os estudantes indígenas passaram a ingressar no campus tendo como porta de entrada o Curso de Pedagogia com Ênfase em Educação do Campo. Passada a pandemia de Covid-19, ingressaram na Qualificação Profissional e ano seguinte nos dois cursos regulares do campus, Curso Técnico Integrado em Agropecuário (ensino médio técnico), além de seguirem no Curso de Pedagogia. Em 2024, com a criação da Licenciatura Intercultural Indígena especificamente para o público das Tis do entorno do campus, ingressaram nesta. Neste ano de 2025 seguem nos três cursos.

No atual cenário, além do desafio da implementar a interculturalidade, que por enquanto é um conceito em estudo nos cursos do campus, alguns outros desafios se mostram importantes de serem superados. O segundo deles é a permanência e o êxito destes estudantes, a qual de acordo com a Política de Atendimento ao Estudante do IFC, prevê programas e ações tais como inclusão e diversidade, atendimento multiprofissional, promoção da saúde, Atendimento Educacional Especializado (AEE), apoio aos movimentos estudantis, alimentação escolar, Programa de Auxílios Estudantis, Moradia estudantil, incentivo à participação em eventos e visitas técnicas, cultura e esporte e o monitoramento dos índices institucionais de permanência e êxito (IFC, 2022). Dentre estes, destaca-se no campus Abelardo Luz a alimentação escolar, cujo desafio é conseguir adaptá-la aos aspectos culturais da comunidade e público atendido, o Programa de Auxílios Estudantis e a Moradia estudantil, haja vista que

todos os estudantes do campus têm acesso a estes programas e ações.

O terceiro desafio se constitui na conquista recente de autonomia do campus, que desde a publicação da portaria em janeiro de 2025 tem gerado a expectativa da possibilidade de ampliar o número de servidores e cursos. No caso de novos profissionais, estes atuariam em áreas importantes para a continuidade da política de atendimento ao estudante, tais como assistente social, nutricionista, psicólogo, entre outros. Em se tratando dos novos cursos, seria a possibilidade de, junto às comunidades, discutir a construção de caminhos para o futuro do campus.

Além disso, é importante ressaltar que a política de Educação Escolar Indígena poderia ser aprofundada criando possibilidade de sua implementação nesta Instituição da Rede Federal. Para que isso possa acontecer de forma efetiva será necessário servidores e pesquisadores, que teórica e praticamente contribuam para esta política pois é premente que estes povos ocupem os acentos das instituições públicas para que esta educação se efetive.

Um quarto desafio refere-se ao ensino, pesquisa e extensão, tríade que sustentam os Institutos Federais. Há um vasto campo de atuação na pesquisa e extensão em nosso Campus em articulação com as comunidades indígenas, mas é necessário aprofundar. E, pelos projetos já desenvolvidos, em especial nas escolas, é perceptível o enriquecimento que a teoria e a prática oferecem, tanto para o Instituto Federal, quanto para as escolas parceiras. No âmbito do ensino, a partir da Pedagogia da Alternância, o campus organiza formas de interlocução entre o conhecimento científico e popular tendo em vista à ampliação da relação com a vida das comunidades. Isto se torna um desafio, pois as estratégias mudam e precisam ser estudadas, aprofundadas, modificadas sempre que necessário.

Em relação às potencialidades, essas constituem o dia a dia do campus Abelardo Luz, no qual convivem estudantes oriundos de assentamentos da reforma agrária de vários municípios da região, estudantes de várias Terras Indígenas da região do povo Kaingang, e embora em menor número, também Guarani, bem como filhos de agricultores de diversos municípios vizinhos e das cidades do entorno. É essa convivência que faz do campus um território rico e complexo historicamente cheio de vida em busca de justiça social.

## 5 Considerações finais

É possível concluir que o Campus Abelardo Luz possui características singulares e uma identidade voltada para a Educação do Campo e Indígena em todos os níveis de ensino,



bem como através de programas e parcerias em projetos específicos para os povos do campo e para as populações indígenas. Neste sentido não é possível construir uma Educação do Campo, das Águas e das Florestas sem a permanência da população para qual esta educação se destina.

Nesses dez anos de implantação do Campus, as lutas pela Educação do Campo, das Águas e Florestas mostraram-se desafios permanentes, entre estes, pensar e (re)pensar o currículo constantemente, os tempos e espaços de aprendizagens, a política de permanência e êxito, o ensino, a pesquisa e a extensão, desafios estes que permitem a transformação educacional do território onde se localiza o campus. Se o principal desafio do campus é a formação humana, articulada ao desenvolvimento do território com respeito à cultura e à natureza, é necessário manter um compromisso com a missão colocada à Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia na formação integral do sujeito e na organização produtiva da vida, os quais articuladas à perspectiva da Educação Intercultural, trazem para dentro da Rede Federal a integração entre os conhecimentos científicos e os tradicionais, as aprendizagens recíprocas entre indígenas e não indígenas e especialmente a coexistência entre visões de mundo distintas.

## Referências

- Brasil. (2008). *Lei n 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm). Acesso em: 10 março de 2025.
- Brasil. (2015). Ministério da Educação. *Portaria n. 27 de 21 janeiro de 2015*. Dispõe sobre a autorização de funcionamento das unidades que integram a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=22/01/2015&jornal=1&pagina=8 &totalArquivos=112>. Acesso em: 10 março de 2025.
- Brasil. (2025). Ministério da Educação. *Portaria n. 34 de 17 janeiro de 2025*. Altera tipologia dos campi avançado. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mec-n-34-de-17-de-janeiro-de-2025-607723920>. Acesso em: 10 março de 2025.
- Caldart, R. S. (2009). Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. Rio de Janeiro, *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v.7 n.1, p.35-64.
- Instituto Federal Catarinense. (2024). *Curso de Licenciatura Intercultural Indígena com Ênfase em Linguagens*. Projeto Pedagógico de Curso. Disponível em: <https://abelardoluz.ifc.edu.br/cursos/graduacao/intercultural-indigena/>. Acesso em: 10

de abr. 2025.

- Instituto Federal Catarinense. (2022). *Curso de Licenciatura em Pedagogia com Ênfase em Educação do Campo*. Projeto Pedagógico de Curso. Disponível em: <https://ingresso.ifc.edu.br/licenciatura-em-pedagogia-com-enfase-em-educacao-do-campo/>. Acesso em: 10 de abr. 2025.
- Instituto Federal Catarinense (2022). *Resolução n. 22 de 2022 Consuper*. Dispõe sobre a Política de Atendimento ao Estudante do Instituto Federal Catarinense. Disponível em: <https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/57/2022/11/Resolucao-no-022.2022.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- Luciano, G. J. S. (2017). Educação Intercultural: Direitos, desafios e propostas de descolonização e de transformação social no Brasil. *Cadernos CIMEAC*, v. 7, n.1, p 12-31.
- Mota, L. T. (1994). *As guerras dos índios Kaingang: A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769 - 1924)*. Maringá: EDUEM.
- Mota, L. T. (1998). *O aço, a cruz e a terra: índios e brancos no Paraná provincial (1853-1889)* (Tese de doutorado). Faculdade de ciências e Letras, Universidade Estadual de São Paulo (unesp), Assis, São Paulo.
- Nazaro, L. S. B. (2011). *História e histórias dos Kaingang de Palmas – PR: uma literatura para a escola indígena*. São Paulo: Ed. Clube dos Autores.
- Rodrigues, R. R. et al (2023). *A guerra santa do Contestado tintim por tintim*. São Paulo: Letra e Voz. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2023/07/A-Guerra-Santa-do-Contestado-Tintim-por-Tintim-ebook.pdf>. Acesso em: 05 abril de 2025.
- Santos, B. S. (2010). *Refundación del Estado en América Latina: perspectiva desde una epistemología del Sur*. Buenos Aires: Antropofagia.
- Wiesemann, U. G. (2002). *Dicionário Kaingang – Português, Português – Kiangang*. Curitiba: Editora Evangélica Esperança.
- Zani, M. A. (Org.). (2025) *Coabitar saberes: experiências e desafios na formação de professores indígenas*. Abelardo Luz/SC: Multygraphic Editora.

